

PUBLICADO

Extrema, 15 / 05 / 2020

Decreto nº. 3.788

De 15 de maio de 2020.

“Dispõe sobre o Toque de Recolher no Município de Extrema; altera a redação de dispositivos do Decreto Municipal nº. 3.767, de 13 de abril de 2020, e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o aumento do número de casos confirmados da doença infecciosa viral denominada Coronavírus (COVID-19) no Município de Extrema, demandando a adoção urgente de medidas extraordinárias de prevenção, controle e contenção de riscos e danos à saúde pública, evitando-se a disseminação da doença;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA, Senhor João Batista da Silva, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no inciso VI do art. 80 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e na **Lei Municipal de Extrema nº. 4.173, de 26 de março de 2020**, que *“autoriza o Poder Executivo a adotar e implementar medidas temporárias e emergenciais, no âmbito do Município de Extrema, para o enfrentamento e prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá outras providências”*;

DECRETA:

DO TOQUE DE RECOLHER

Art. 1º - Fica instituído **TOQUE DE RECOLHER**, em todo o território do Município de Extrema, ficando restrita a circulação de pessoas nos logradouros públicos, no período compreendido entre as **20:00 horas e 6:00 horas do dia seguinte, do dia 18 ao dia 25 de maio de 2020**.

§ 1º - A restrição prevista no *caput* não se aplica ao transporte de pacientes para unidades de saúde e aquisição de medicamentos, bem como aos trabalhadores das atividades e serviços consideradas essenciais e cujo funcionamento não esteja suspenso por norma federal, estadual ou municipal.

§ 2º - A restrição prevista no *caput* não se aplica ao *delivery*, especialmente de gêneros alimentícios e produtos agropecuários, devendo os entregadores serem orientados quanto à necessidade de manutenção de distanciamento adequado em relação aos consumidores, evitando-se o quanto possível o contato direto.

§ 3º - Em cumprimento ao disposto neste artigo, todos os estabelecimentos situados no território municipal, com exceção do setor industrial e farmacêutico, deverão observar a restrição do horário de funcionamento prevista neste artigo, **devendo suspender suas atividades 30 (trinta) minutos antes do período estipulado para início do Toque de Recolher**, visando o deslocamento dos seus colaboradores às suas respectivas residências.

§ 4º - As farmácias e drogarias poderão deliberar sobre o atendimento 24 horas.

§ 5º - O não atendimento no disposto neste artigo poderá implicar na cassação do Alvará de Funcionamento do estabelecimento, com a imediata interdição, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis, especialmente o disposto no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no artigo 268 do Código Penal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 2º - Fica alterada a redação do **inciso I do art. 2º do Decreto Municipal nº. 3.767, de 13 de abril de 2020**, que passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 2º** -

(...)

I – eventos e reuniões de qualquer natureza, ainda que previamente autorizados, de caráter público ou privado, que envolvam aglomeração de pessoas, em locais fechados ou abertos, tais como: eventos desportivos, shows, salões de festas, casas de festa, eventos científicos, comícios, eventos de cunho político, passeatas e afins;”

Art. 3º - Ficam incluídos os **incisos XXXII, XXXIII e XXXIV no § 2º do art. 2º do Decreto Municipal nº. 3.767, de 13 de abril de 2020**, com a seguinte redação:

“**Art. 2º** -

(...)

§ 2º -

(...)

XXXII - igrejas, templos religiosos e locais de quaisquer cultos e liturgias, desde que observados os regramentos sanitários e condições estabelecidas pela municipalidade e demais órgãos reguladores, inclusive de outros entes federativos;

XXXIII - academias, centros de ginástica e similares, desde que observados os regramentos sanitários e condições estabelecidas pela municipalidade e demais órgãos reguladores, inclusive de outros entes federativos;

XXXIV - escolas profissionalizantes e de idiomas, desde que observados os regramentos sanitários e condições estabelecidas pela municipalidade e demais órgãos reguladores, inclusive de outros entes federativos.”

Art. 4º - Fica alterada a redação do **art. 21** do **Decreto Municipal nº. 3.767, de 13 de abril de 2020**, que passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 21** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará **até às 06:00 horas do dia 26 de maio de 2020**, podendo sofrer alterações e, inclusive, ser prorrogado, de acordo com a evolução do cenário epidemiológico”.

Art. 5º - A fiscalização do disposto neste Decreto será exercida pelo Município de Extrema, com auxílio da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 6º - Os casos omissos serão decididos pela Administração Municipal, mediante decisão fundamentada.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



João Batista da Silva

- Prefeito Municipal -